

## **CARTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DA VIDA**

*Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2015*

Nós, representantes de organizações, coletivos e movimentos sociais oriundos das cinco regiões do Brasil, defensores dos direitos humanos, direitos ambientais, direitos à terra, à cidadania, à cidade, à cultura e soberania alimentar, à acessibilidade, às tecnologias e mídias digitais, à comunicação livre e comunitária, dos direitos de povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, reunidos no Rio de Janeiro, durante a oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais – UPMS, sob o tema Cultura, neste marco histórico da destruição dos ecossistemas e direitos, fazemos deste encontro um apelo ao povo brasileiro em defesa da vida.

Considerando a conjuntura política e social do Brasil, vimos se multiplicar no país ações de exceção e tentativas de invisibilizar e negar o alcance de direitos conquistados democraticamente pela sociedade civil. Hoje, ameaçados não só pelos discursos fundamentalistas que predominam nos espaços de poder e espalham-se nas ruas, como também pela morosidade deste governo em implementar as políticas públicas construídas com a participação social organizada. Padeçemos dos impactos advindos deste retrocesso: com o esfacelamento dos direitos, o racismo social e institucional, além da crescente violência nas áreas urbanas, rurais e florestas, chamando a urgente atenção ao genocídio dos povos indígenas, da juventude negra e de todos os povos massacrados pelo sistema hegemônico.

O massacre estende-se ao esgotamento dos recursos naturais, a escassez da água, ao envenenamento dos alimentos provocando o aumento avassalador de mortes de crianças por contaminações e de jovens e adultos em conflitos de terra e violência urbana, pois suas vidas são deslocadas de seus territórios de origem, suas tradições, seus valores e práticas ancestrais de educação, espiritualidade, cultivos, alimentação e medicinas.

Denunciamos a ameaça de extermínio dos povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e camponeses e com eles o da sociobiodiversidade brasileira, pois estes atuam como guardiões dos recursos naturais, culturas e conhecimentos tradicionais devido a seus modos de vida e práticas agroecológicas, garantindo a soberania de nosso patrimônio genético por conservarem em seus territórios 70% da biodiversidade do país. Atualmente, em risco iminente de desaparecimento com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, a

qual transfere do Poder Executivo para o Congresso Nacional a competência para demarcação de terras indígenas e tradicionais e prevê a revisão de todas as áreas já demarcadas, incluso unidades de conservação.

Diante destas barbáries, os povos indígenas demandam o fortalecimento da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, com a garantia da gestão pública por representantes indígenas nos cargos de presidência e coordenadorias regionais; a não aprovação da CPI da FUNAI haja vista que esta coloca em vulnerabilidade os pareceres sobre as terras regulamentadas e em processo de demarcação; a não municipalização da saúde indígena; a aplicação da lei que versa sobre educação indígena diferenciada, garantia de soberania alimentar e a implementação da Comissão da Verdade Indígena.

Denunciamos, também, o Estado brasileiro por permitir a intervenção fundamentalista religiosa contra as garantias de liberdade de culto e práticas alimentares dos povos de matriz africana, estimulando o ódio social e intensificando a violência e o desrespeito a esta população.

Exigimos a aplicação das Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008, que dispõem sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Exigimos um Estado laico, um real Estado de direitos e o cumprimento dos protocolos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Queremos a Reforma Agrária Popular. Queremos igualdade. Queremos respeito. Queremos humanidade. Exigimos o direito à educação digna e não qualquer educação, uma educação popular que respeite nossa história, culturas, valores e conquistas. Repudiamos o fechamento das escolas do campo. Exigimos políticas públicas e incentivos à produção agroecológica e cultural em nossas áreas de assentamento, quilombos, aldeias e demais territórios tradicionais.

Bradamos contra o modelo produtivo suicida para o desenvolvimento brasileiro. Somos em defesa da vida, repudiamos o envenenamento de nossos irmãos, de nossas águas, de nossas matas, de nossos animais, o envenenamento do leite materno. Reconhecemos na cultura alimentar uma salvaguarda para o planeta, garantidora de territórios e dos modos de vida, amenizadora dos impactos das mudanças climáticas, resistência ao agrobusiness, conservadora de nascentes e da biodiversidade, garantidora da soberania alimentar e saúde, geradora de conhecimento, da economia solidária e comércio justo.

Repudiamos a espetacularização da cultura alimentar, o encarecimento dos alimentos livres de veneno, a transformação do patrimônio alimentar em *comodities*, a

apropriação de sementes crioulas, a não rotulagem de transgênicos, a criminalização dos produtos da cultura alimentar, das ervas, medicinas e artesanatos tradicionais e o não pronunciamento do Ministério da Cultura nestas questões. Lutamos contra o trabalho escravo no campo e na cidade.

Queremos política adequada aos fazedores culturais. Exigimos a implementação imediata do Setorial de Cultura Alimentar no Conselho Nacional de Política Cultural. Direito conquistado e não garantido por este Ministério, possibilitando o acesso da indústria de alimentos, fabricantes de transgênicos, empresas de agrotóxicos e fertilizantes às políticas culturais permitindo a atribuição de caráter responsável e sustentável ao genocida agrobionegócio.

Além disso, vivemos numa sociedade sexista, machista e fóbica que nega a autonomia dos corpos, a liberdade de identidade de gênero e de formação familiar, normatizando corpos, desejos e afetos com base em construções sociais e morais, violando liberdades individuais. É necessário fortalecer o enfrentamento das discriminações, estigmas e violações de direitos humanos, que afetam diversos grupos sociais, prejudicando suas formas de vida, trabalho, afetividade, expressão artística e cultural - temas caros e de fundamental relevância para a UPMS.

Diante do atual cenário político nacional, das ofensivas conservadoras de desconstrução e negação de direitos, restritivas de manifestações da vida como ela se quer, e dirigidas a sujeitas e sujeitos políticos deste país, entendemos que a população LGBTI e mulheres são pessoas vulneráveis, vítimas do sistema que viola direitos, corpos e mata. Lutamos pela criminalização da homofobia, pela aprovação da lei de identidade de gênero, pela aprovação do Projeto de Lei 4.211/2012, PL Gabriela Leite, que descriminaliza casas de prostituição.

Não reconhecemos a competência do Estado para legislar sobre os afetos e repudiamos o Estatuto da Família, que estabelece um único modelo de arranjo familiar. Repudiamos a criminalização do aborto e a ausência do debate de gênero no plano de educação, considerando este um grave retrocesso que inverte valores que combatem as opressões.

É urgente que se rompa com o controle histórico das classes dominantes e seus grupos econômicos na formação pública do país. O ensino público, gratuito e de qualidade é um direito do povo brasileiro.

Lutamos pela valorização e reconhecimento do professor como um intelectual autônomo dos interesses econômicos, articulador de intercâmbios de saberes,

agente cultural, fomentador de conhecimento crítico. Não à privatização da universidade pública e ao monopólio das organizações privadas educacionais. Lutamos pela destinação da verba pública da educação exclusivamente à educação pública.

Reivindicamos a abertura da universidade e a valorização dos conhecimentos comunitários, dos mestres e mestras populares a partir da inserção e participação destes saberes nos diferentes níveis da formação pública brasileira. Queremos o controle social e popular nos comitês de ética e pesquisa e a realização de forma ativa da meta 17 do Plano Nacional de Cultura - PNC, que certifica saberes de todas as áreas da cultura, principalmente os saberes dos mestres populares para a inserção destes, de forma qualificada, na política de ensino público do país nos diferentes níveis e formatos de formação.

Apoiamos no PNC a meta 18 que potencializa a sensibilização, capacitação e formação em diferentes formatos e conteúdo culturais. Lutaremos pela implementação da meta 12, que nos desafia a ampliar para cem por cento das escolas públicas a inserção da disciplina de arte nos currículos da educação básica; a meta 13 que propõe a formação continuada nos professores de arte; o cumprimento da meta 14, que fomenta o desenvolvimento de uma política de formação em arte e cultura de forma permanente na educação básica; a meta 15 que desafia a construir novos cursos de formação técnica profissionalizante na área cultural; a meta 16, que incentiva a criação de novos cursos e vagas em nível de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento das linguagens artísticas e culturais; a realização da meta 19, que se propõe a fomentar a pesquisa e a difusão do conhecimento no campo da arte e cultura.

Entendemos que em todas estas metas, a cultura popular e os saberes das culturas indígenas, quilombolas e ribeirinhas estejam inseridos como conteúdos de formação da educação informal, popular comunitária, educação formal básica e universitária. Lutamos pela aplicação da Lei n. 11.769/08, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música em todas as escolas.

Exigimos a implementação da proposta 3.18, do eixo Cidadania e Direitos Culturais, da Conferência Nacional de Cultura, que garante o direito sociocultural das pessoas com deficiência e em sofrimento psíquico, a partir de diferentes políticas, programas e ações que fomentem a acessibilidade cultural para estes grupos e populações.

Propomos a constituição da “Universidade Livre das Culturas” da UPMS, articulada de forma horizontal entre todos os integrantes da UPMS-Cultura,

representantes aqui dos movimentos populares, em seus tempos e saberes e as universidades públicas. A partir da perspectiva da ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos e da práxis e ação cultural de Paulo Freire, propomos ações conectadas com as diversas metas do Plano Nacional de Cultura, entre outras metas e propostas conquistadas no campo jurídico da política pública que garanta os direitos humanos, a diversidade cultural e outras pautas de resistência e luta dos movimentos sociais. Entre elas, articularmos uma rede de pesquisadores populares comunitários, fomento de fóruns, oficinas, seminários e outras formas de difusão de saberes e lutas, mapeadores de mestres para certificação e reconhecimento de seus saberes, entre outras ações.

É preciso garantir também o direito à cidade, que não se resume apenas no acesso aos espaços e equipamentos públicos, mas na autonomia de pensarmos e transformarmos o espaço urbano para que este seja local de diversidade, encontros e trocas. Lutamos pela desapropriação dos imóveis descumpridores da função social da propriedade para moradia e finalidade cultural; pela democratização da gestão das cidades; contra as remoções forçadas provocadas pelos megaeventos e projetos de grande impacto.

Lutamos contra a especulação imobiliária, que literalmente tratora o zoneamento urbano e o patrimônio paisagístico, histórico e cultural; pela aplicação do Estatuto da Cidade, e seus instrumentos como o IPTU progressivo no tempo, a edificação e o parcelamento compulsórios; pela valorização das culturas de periferias por meio de leis de fomentos; pela preservação das áreas verdes e frentes d'água nas cidades. Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito!

Somos contra o extermínio da juventude negra e periférica, a redução da maioria penal (PEC 171), a PEC 431 - a "PEC da Tortura" - que dá poder de investigação à Polícia Militar e à utilização dos autos de resistência para ocultar as execuções sumárias praticadas por agentes policiais. Repudiamos a criminalização dos movimentos sociais, e a militarização da vida e dos espaços públicos.

Pleiteamos a implementação de políticas que instituem sedes de organizações que atuam com cultura e arte, o "Minha Sede, Minha Vida Cultural", a ampliação dos espaços da cultura na televisão aberta, a anistia para os pontos de cultura com prestação de contas reprovadas, o PRO-Cultura, o fim da Lei Rouanet, a aprovação da PEC 421, que vincula recursos públicos para preservação e difusão da cultura, a ampliação e manutenção dos editais do Ministério da Cultura e das políticas públicas do patrimônio imaterial, a descentralização da Fundação Palmares, a criação de Centros de

Memória em locais que serviram para a tortura política, a implementação de novos espaços para a cultura e disponibilização de espaços públicos ociosos para grupos culturais, o acesso às políticas públicas específicas para os povos e comunidades de terreiro, a manutenção do Estatuto do Desarmamento e a legalização, descriminalização e regulamentação da maconha.

Lutamos pela reforma do regimento do Conselho Nacional de Políticas Públicas Culturais, incluindo o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura, Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Cultura, fóruns estaduais de conselhos municipais de cultura e Fórum Estadual de Dirigentes Municipais de Cultura, como instância do CNPC.

Defendemos que a comunicação seja tratada como um direito humano, entendendo seu papel de fortalecimento da democracia. Somos contra o oligopólio das concessões de rádio e TV, e defendemos o Projeto de Lei de Iniciativa Popular que regulamenta a Constituição no que tange às comunicações e garante a concessão de rádio e TV para fins comunitários. Defendemos a universalização da banda larga e o software livre como política de autonomia dos movimentos sociais e soberania nacional, assim como o cumprimento do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14). Somos contra o “internet.org” e o PL 215/2015, o “PL Espião”, pois queremos a garantia de liberdade de expressão, neutralidade na rede e privacidade.

Somos Universidade Popular dos Movimentos Sociais, somos movimentos sociais em defesa da vida!

**Assinam esta carta:**

**Karoline Ferreira Martins** – Advogada popular da Assessoria Jurídica Universitária Popular Roberto Lyra Filho (AJUP-RLF). Pesquisadora do grupo O Direito Achado na Rua

**Fabiana Menine** – Instituto Trocando Ideia Tecnologia Social Integrada

**Marcelo Cougo** – Cooperativa Catarse de Comunicação

**Andressa Ribeiro** – Presidenta da União dos Estudantes de Pernambuco e vice UNE Pernambuco. Coordenadora de Projetos do Circuito Universitário de Cultura e Arte Pernambuco. União da Juventude Socialista.

**Giowana Cambrone Araújo** – Advogada. Presidente da Comissão de Direitos Homoafetivos da OAB/Leopoldina. Assessora jurídica da TransRevolução.

**André Ricardo Gasperim** – Casa de Cultura AbramoGasperin.

**Sérgio Urt Almeida de Moraes** – Publicitário. Ativista. Integrante do Movimento Estelita do Brasil e militante do movimento Ocupe Estelita.

**NiruanaSatie Maciel Anacleto** – Assessora de Comunicação do Instituto Trocando Ideia.

**Diego Lopes** – Produção Executiva do Instituto Trocando Ideia. Membro do Conselho do Povo de Terreiro de Canoas-RS.

**Roberto Monte** – Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, Natal-RN e DHnet Rede Direitos Humanos e Cultura

**Binho RianePerinotto** – Representante do Clã das Cores. Integrante da Central de Capacitação Popular – Direitos Humanos (CECADHP). Representante da Equipe Educação Viva e GT Escola Viva na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Integrante do Fórum Estadual Permanente e Rede Paulistas de Pontos de Cultura. Integrante do Fórum Litoral Interior Grande São Paulo de Políticas para as Artes (FLIGSP).

**Spaw Apocalipse** – Movimento Hip-hop. Militante da Frente Quilombola-RS.

**Catarina Ribeiro** – PC a Bruxa Tá Solta. Programa Dá Licença de Cultura Rural de Base Comunitária. Gestora de Projetos, pesquisadora e aprendiz das culturas populares em Roraima. Agente comunitária de cultura.

**José Ancelmo Amaral** – Administrador. Assessoria política. Ativista. Curador e produtor cultural em Sergipe.

**Alessandra Regina Gama** – Educadora popular. Ponto de Cultura e Memória Ibaô.

**Anápuáka Muniz Tupinambá Hãhãhãe** – Indígena. Coordenador da Rádio Yandê.

**Aluízio Matias dos Santos** - Movimento Nacional de Direito Humanos (MNDH). Coletivo Potiguar do Fórum Social Mundial. Comitê Potiguar do Fórum Mundial de Direitos Humanos.

**Flávio Cruz Lenz Cesar** – Jornalista. Assessor da Rede Brasileira de Prostitutas. Diretor-executivo de Davida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde. Editor do jornal Beijo da Rua. Componente da grife Daspu.

**Lula Dantas** – Coordenador do Ponto de Cultura Associação do Culto Afro Itabunense/ACAI. Membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura – Colegiado GT Bahia. Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Itabuna. Presidente da Câmara de Cultura do Território Litoral Sul/CODETER.

**Samira Lima da Costa** – Professora do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-graduação em Psicologia de comunidades e ecologia social da UFRJ. Coordenadora do Laboratório de Memória, Território e Ocupação: rastros sensíveis do CNPq.

**João Luiz Prestes Rabelo**– Relações Públicas. Ativista cultural. Gestor de projetos. Movimento Mais Cultura de Aparecida de Goiânia. Ponto de Cultura Cidade Livre. Coordenador da articulação do programa piloto de formação musical nos Ceus das Artes. Bolsista da UFG.

**José Antônio P. Júnior (Catatau)** – Militante Social. Coordenador do NEABI/IFMA. Membro do Comitê de Salvaguarda do Tambor de Crioula. Membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Membro da oficina UPMS Cultura. Ritmista e músico maranhense.

**Concita Guaxipiguara Sompré** – Movimento indígena. Membro da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Professora intercultural indígena – Linguagem e Arte. Administradora na Associação Indígena **Gavião** Kyikatêjê.

**André de Jesus** – Ator. Comunicador popular. Atuador da Tribo de Atuadores ÓiNóis Aqui Traveiz. Educador Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. LABCEUs Cidade Sensitivas Erechim/RS. Oficineiro colaborador da TV Restinga/Porto Alegre. Mais Culta nas Escolas. Oficineiro e colaborador do Ponto de Cultura Instituto Trocando Ideia de Tecnologia Social. Representante da Rede POA Ponto de Cultura. Conselho Municipal de Cultura/Porto Alegre. Representante do GT de comunicação da comissão do RS de Ponto de Cultura. Integrante do Fórum do RS de Ponto de Cultura. Conselheiro eleito Cultura Arte Digital/RS, CNPC 2016/2017. Movimento de inclusão digital/Porto Alegre.



**Taina Marajoara** – Atriz. Realizadora cultura e cozinheira tradicional. Ponto de Cultura Alimentar Iacitata Amazônia Vida. Rede de Cultura Alimentar Povos e comunidades tradicionais CONSEA/PA.

**Xaú Peixoto Azevedo** – Membro do Coletivo Reggart e do Movimento Social das Culturas. Diretor de Cidadania Cultura do IACC/Instituto de Arte e Cultura do Ceará (Dragão do Mar). Responsável pela gestão do Centro Cultural do Bom Jardim e do projeto Praça das Artes.

**Fábio André Diniz Merladet** – Co-responsável pela organização da memória e das oficinas da Universidade Popular dos Movimentos Sociais. Doutorando do Programa de Doutorado “Pós-Colonialismos e Cidadania Global” do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

**Lucas Cravo de Oliveira** – Co-responsável pela organização da memória e das oficinas da Universidade Popular dos Movimentos Sociais. Assessor Popular no coletivo de assessoria jurídica universitária popular TaCAP, da Universidade Federal Fluminense.

(AINDA FALTAM NOMES)

\*\*\*

## **1º ATO**

Cultura ou Barbárie?

Barbárie ou Cultura?

Toda vez que você liga a TV, um jovem negro (uma jovem!) morre e você não vê!

Toda vez que você liga a TV, um indígena morre e você não vê!

Toda vez que você liga a TV, uma transexual morre e você não vê!

Toda vez que você liga a TV, uma mulher morre e você não vê!

## **2º ATO**

Desliga a TV! O rap você vai ver!

Desliga a TV! O terreiro você vai ver!

Desliga a TV! O teatro você vai ver!

Desliga a TV! O cinema você vai ver!

Desliga a TV! A legalização você vai ver!

Desliga a TV! A acessibilidade você vai ver!

Desliga a TV! Banda larga chega pra você!

### **3º ATO**

O tesão é poder de legalização!

O tesão é nossa comunicação!

O tesão é a descentralização!

O tesão é tempero para ação!

O tesão é o fomento na mão!

O tesão é ponto de inclusão!